



A INVISIBILIZAÇÃO DA SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO NARRATIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Eixo Temático 52 - Gênero e sexualidade em foco: interseccionalidade e desafios de populações marginalizadas e estigmatizadas.

VITHORIA GARCIA LIMA¹
RAI VITOR GONÇALVES MOREIRA LIMA²
SIBELLYMARTINS MIRANDA³

RESUMO

O trabalho apresentado discute a interseção entre deficiência, sexualidade e as normas sociais e culturais que frequentemente marginalizam as pessoas com deficiência. Essa análise se baseia nas teorias de Michel Foucault, Judith Butler e outros autores, para refletir sobre como o capacitismo e a repressão à sexualidade das pessoas com deficiência são moldados por normas sociais e culturais. A metodologia se pauta em uma revisão narrativa no intuito de observar quais discussões têm sido trazidas articuladas aos estudos sobre anticapacitismo diante da sexualidade de pessoas com deficiência no contexto brasileiro. A partir disso, foi possível que temática da sexualidade das pessoas com deficiência exige uma abordagem sensível e crítica, considerando o histórico de invisibilidade, estigmatização e marginalização que essas pessoas enfrentam, especialmente em relação à sua identidade sexual. Já que durante muito tempo, a sexualidade das PCDs foi negada, reprimida ou minimizada, seja pela falta de reconhecimento de seus direitos sexuais, seja pela visão infantilizada e reducionista da deficiência

Palavras-chave: Deficiência; Sexualidade; Capacitismo; Direitos.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda no curso de Pós Graduação em Psicologia/PPGPSI da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, vithoriagarcia@gmail.com;

² Graduando pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, raivitorlima@gmail.com;

³ Mestranda do Curso de Pós Graduação em Educação/PPGEDU da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, sibellymiranda@gmail.com;

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro, Educação em Sexualidade, Saúde e Sustentabilidade

A sexualidade é um dos aspectos mais significativos da experiência humana. Ela está presente em diferentes dimensões da vida, influenciando identidades, relações interpessoais e até mesmo questões de saúde e bem-estar (LOURO, 2018). No entanto, quando se trata de pessoas com deficiência, essa dimensão é frequentemente silenciada ou distorcida por barreiras culturais, sociais e institucionais. A sexualidade dessas pessoas, assim como suas subjetividades, é muitas vezes invisibilizada pela sociedade, perpetuando estigmas e violando direitos fundamentais.

Segundo Goffman (1988), a sociedade cria estigmas em torno da deficiência, desvalorizando os indivíduos que não se encaixam nos padrões normativos de corpo e comportamento. Historicamente, as pessoas com deficiência foram marginalizadas e desumanizadas, sendo vistas como assexuadas, infantis ou incapazes de exercer autonomia sobre seus corpos e desejos. Essas visões decorrem de um capacitismo estrutural, definido como um sistema de opressão que marginaliza e discrimina indivíduos com deficiência, colocando-os em uma posição de inferioridade em relação aos padrões normativos. Para Sasaki (2014, p. 10), “O capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’”. Nesse contexto, a sexualidade de pessoas com deficiência é frequentemente vista como algo problemático ou inexistente, e não como parte natural e legítima de sua experiência humana.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, no entanto, a sexualidade não pode ser dissociada da dignidade, da autonomia e do direito à igualdade. Documentos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), reconhecem que todos têm o direito de vivenciar sua sexualidade de maneira segura e plena, independentemente de sua condição física, sensorial ou intelectual. Ainda assim, na prática, as pessoas com deficiência enfrentam inúmeras barreiras para exercerem esses direitos, seja pela falta de acessibilidade a informações e serviços de saúde sexual, seja pela imposição de controles sociais que negam sua autonomia.

Além das barreiras externas, há também os impactos internos dos estigmas e preconceitos. Segundo Lobo (2008), às pessoas com deficiência frequentemente internalizam visões negativas sobre si mesmas, o que pode afetar sua autoestima, sua percepção de desejo e sua capacidade de formar vínculos afetivos. Nesse sentido, a exclusão da sexualidade das pessoas com deficiência é não apenas uma questão social, mas também psicológica, cultural e política.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileira Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



Este trabalho propõe uma **obra, revisão e sustentabilidade** sobre a interseção entre deficiência e sexualidade, considerando as discussões sobre o capacitismo. Tal pesquisa visa destacar a importância de romper com os paradigmas capacitistas, promovendo a inclusão e o reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos plenos, com direitos sexuais, afetivos e reprodutivos. Assim, a sexualidade será abordada não apenas] como uma dimensão individual, mas como um campo de disputa por direitos e reconhecimento social, com implicações que vão além do âmbito pessoal, tocando diretamente nas estruturas sociais que regulam corpos e comportamentos.

METODOLOGIA

A composição do trabalho baseou-se em uma revisão narrativa da literatura, utilizando pesquisas em bases de dados digitais com livre acesso. O processo inicial de busca resultou em 93 artigos, dos quais restaram apenas 6 após a exclusão daqueles que não se enquadram no tema estudado. A coleta de artigos pertinentes foi realizada na CAPES e na SCIELO, utilizando os descritores "deficiência" e "sexualidade". A busca foi restrita a estudos realizados nos últimos 5 anos em língua portuguesa publicados no Brasil, visando encontrar estudos relacionados à uma perspectiva anticapacitista da sexualidade de pessoas com deficiência. Os critérios de exclusão se direcionam para artigos que se situam no modelo biomédico da deficiência ou não fazem menção às discussões da área de estudo do capacitismo. Tal busca permitiu a formulação das conclusões com base na análise dos estudos selecionados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O filósofo Michel Foucault (2013), em sua obra *Vigiar e Punir*, discute como o controle social se manifesta por meio de normas que regulam os corpos e os comportamentos, incluindo a sexualidade. Essa perspectiva é essencial para compreender como a sexualidade das pessoas com deficiência foi historicamente reprimida ou ignorada. Durante séculos, os corpos das pessoas com deficiência foram tratados como "impróprios", desprovidos de capacidade de sentir ou despertar desejo.

Judith Butler (2013), ao discutir a performatividade de gênero, sugere que os corpos são regulados por normas sociais que determinam o que é considerado "desejável" ou "aceitável". Quando aplicamos essa teoria ao campo da deficiência, percebemos que as

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Igualdade

As pessoas com deficiência são frequentemente marginalizadas porque seus corpos não correspondem aos padrões hegemônicos de beleza e funcionalidade.

Dessa forma, estes corpos com deficiência são colocados num lugar de rejeição, tendo impactos significativos na percepção da sua humanidade, sendo excluídos socialmente:

A abjeção ou repulsa que o corpo deficiente provoca nos “normais” afeta a relação com o outro e com o próprio corpo naquele que se sente diferente, [...] que se soma à exigência de encaixar o outro dentro de padrões hegemônicos antropométricos, fisiométricos e psicométricos, sendo ele exterminado ou segregado, apartado do convívio com os “perfeitos, belos e saudáveis” (Mello; Nuerberg, 2012, p. 644).

Essa marginalização e exclusão tem relação, diretamente, à sua capacidade de se expressar sexualmente e de conseguir reivindicar seus direitos afetivos e sexuais. Além disso, o direito à sexualidade das pessoas com deficiência muitas vezes entra em conflito com normas culturais e sociais. Por exemplo, pais ou cuidadores de pessoas com deficiência intelectual frequentemente exercem um controle excessivo sobre suas vidas sexuais, sob o pretexto de proteção. Como argumenta Fiona Campbell (2013), esse controle pode ser uma forma de violência simbólica que desrespeita a autonomia dos indivíduos e perpetua sua desumanização, sendo necessário ampliar saberes e concepções anti-capacitistas no intuito de diminuir as barreiras sociais aqui discutidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das interseções entre deficiência e sexualidade revela múltiplas camadas de opressão e invisibilização, mas também aponta para avanços teóricos e práticos que ajudam a desconstruir estigmas e a promover a inclusão. Com base nos estudos revisados e nas teorias que sustentam este trabalho, os resultados e discussões demonstram a necessidade da desconstrução do capacitismo, a vivência da sexualidade e o papel das políticas públicas e da educação sexual inclusiva.

No Brasil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) assegura direitos relacionados à dignidade, à autonomia e à igualdade de oportunidades. No entanto, questões específicas relacionadas à sexualidade, como acesso à educação sexual inclusiva, à saúde sexual e reprodutiva, e ao combate à violência sexual, ainda são subrepresentadas nas políticas públicas. Uma das pesquisas encontradas nesta busca, de Diniz e Barbosa (2020) mostra que há uma lacuna significativa na aplicação prática desses



direitos, com barreiras que vão desde o acesso à educação até a falta de capacitação de profissionais de saúde.

Segundo o artigo de Carvalho e Silva (2021), é visto que pessoas que tiveram contato com pessoas com deficiência se relacionam de forma mais frequente com estas, e as humanizam do que aquelas que não convivem. Isso se dá através da possibilidade de que sujeitos que não convivem com pessoas com deficiência têm a oportunidade de interagir, tendendo a desenvolver uma visão mais empática e mais humana dessas pessoas. Isso sugere que o estigma e o preconceito em relação à deficiência muitas vezes surgem da falta de conhecimento e de convivência, reforçando a ideia de que a deficiência é algo "outro", distante, desconhecido.

Tais compreensões aqui apresentadas se reafirmam diante da existência de pesquisas qualitativas ou em métodos mistos, que se pautaram em centralizar esses sujeitos e compreender suas histórias: “Foram os estudos da deficiência que puderam pautar mais evidentemente essas relações que produzem a deficiência e permitem tomá-la como uma categoria de análise social.” (Marafon e Piluso, 2021, p. 33)

Farias (2024) discute sobre os estigmas acerca da infantilização dos sujeitos PCDs e como isso reflete em uma visão reducionista e capacitista da deficiência, que nega o reconhecimento de sua plena humanidade e fragiliza seus direitos no que se refere à liberdade do corpo. A autora enfatiza como isso parece se intensificar em mulheres com deficiência pois, em muitas culturas, a sexualidade feminina já é vista com desconfiança ou tabu, sendo muitas vezes protegida com repressão ou controle. Para as mulheres PCDs, essa dinâmica é intensificada pela ideia de que, devido às barreiras que enfrentam e ao seu desenvolvimento considerado divergente, elas frequentemente encontram desafios em vivenciar sua sexualidade de maneira autônoma. Esse ponto de vista não só impede de se expressar sexualmente, mas também como priva de um dos aspectos fundamentais da vida humana, pois ao negar a sexualidade dessas mulheres, a sociedade se aprisiona em uma infância que se estende para além de sua fase biológica.

As ideias presentes nos quatro artigos encontrados convergem para uma visão crítica da deficiência, enfatizando que a deficiência é, em grande parte, produto de um sistema social que exclui e marginaliza, sendo a convivência e a] consciência da existência do capacitismo, um meio eficaz de humanizar a percepção a respeito das pessoas com deficiência. A desconstrução de estigmas e a criação de espaços de

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da sexualidade das pessoas com deficiência exige uma abordagem sensível e crítica, considerando o histórico de invisibilidade, estigmatização e marginalização que essas pessoas enfrentam, especialmente em relação à sua identidade sexual. Durante muito tempo, a sexualidade das PCDs foi negada, reprimida ou minimizada, seja pela falta de reconhecimento de seus direitos sexuais, seja pela visão infantilizada e reducionista da deficiência. Diante das buscas realizadas se torna evidente os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência em relação ao desenvolvimento da sua sexualidade, devido aos aspectos capacitistas estruturais presentes na sociedade que frequentemente os categoriza como incapazes e os inviabiliza socialmente, ainda que haja leis e instituições que asseguram tais direitos.

Como suporte para eliminação das barreiras aqui descritas, deve-se considerar as especificidades de cada tipo de deficiência e trabalhar para garantir que todas as pessoas tenham acesso a informações claras, precisas e adaptadas às suas necessidades. Isso inclui capacitar educadores e profissionais de saúde para abordar o tema de forma ética e respeitosa, reconhecendo as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, e sobretudo, enfatizar e aumentar a produção de pesquisas relacionadas a gênero e sexualidade de pessoas com deficiência, que não os compreendam a partir da falta de forma reducionista, mas com plena dignidade e equidade.

É fundamental compreender que a deficiência não é uma barreira intransponível à vivência plena da sexualidade, mas sim o reflexo de uma sociedade que, por meio de suas normas capacitistas, estabelece barreiras físicas, culturais e sociais que limitam o direito das PCDs de exercer sua sexualidade de maneira livre, responsável e consentida. A deficiência, portanto, não deve ser vista como um fator determinante ou limitador da experiência sexual, mas como uma condição que exige a remoção das barreiras sociais e culturais que a restringem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em:



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l13146.htm; acesso em: 10 Dez 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. CARVALHO, Alana Nagai Lins de; SILVA, Joilson Pereira da. Sexualidade das pessoas com deficiência física: uma análise à luz da Teoria das Representações Sociais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, p. 0198, 2021.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. In: GUGEL, Maria Aparecida; MACIEIRA, Waldir; RIBEIRO, Lauro (Org.). *Deficiência no Brasil – uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência*. Curitiba: obra Jurídica, 2007.

FARIA, Marina Dias de. **De quem é esse corpo?** A sexualidade de mulheres com Síndrome de Down. *Revista Estudos Feministas*, v. 32, n. 1, p. e90414, 2024. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Leya, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Autêntica, 2018.

MARAFON, Giovanna; PILUSO, Roberta. **Criações e transgressões no diálogo entre transgeneridade e deficiência: “entre travas e rodas”**. *Educação em Análise*, v. 6, n. 1, p. 30-51, 2021

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, A. H. **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n.3, Dec. 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão**. *Reação: Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, v. 96, n. 7, p. 10-12, jan./fev. 2014. Disponível em: <https://revistareacao.com.br/wp-content/uploads/2018/05/ED96.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

YAMAGUTI, Emerson Takumi; DE MENDONÇA, Viviane Melo; DA SILVA, João Henrique. **Um mar de (re) existência: arte dos/nos corpos LGBtQia+ com deficiência em Uma História de Vida**. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 17, n. 47, p.215-240, 2022